

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Eleições 2018 desafiam bancada feminina a aumentar

Há mulheres candidatas ao Senado em 24 estados brasileiros.

Hoje, 14 unidades da Federação, incluindo o Distrito Federal, não têm representação feminina na Casa. Entre elas, o Acre que permanecerá sem senadoras, pois não apresentou candidatas, assim como Bahia e Tocantins. Como a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) é pretendente a uma vaga de

deputada federal, seu estado também perderá a representação feminina no Senado.

O caso de Tocantins é diferente, pois a senadora Kátia Abreu (PDT-TO) tem mandato até o início de 2023, assim como Simone Tebet (MDB-MS), Fátima Bezerra (PT-RN), Maria do Carmo (DEM-SE) e Rose de Freitas (PODE-ES).

A senadora Kátia concorre ao cargo de vice-presidente e, se eleita, o Tocantins

perderá a representação feminina, pois os suplentes dela são homens.

Ana Amélia (PP-RS) também é aspirante a vice-presidente e o seu mandato expira no início de 2019.

Com seis candidatas, São Paulo tem o maior número de mulheres na disputa. Marta Suplicy (sem partido) decidiu não participar do pleito. O Rio Grande do Sul é o segundo colocado, com cinco candidatas. Pernambuco, que nunca elegeu senadora, tem quatro postulantes ao cargo, assim como o Rio Grande do Norte. Seis estados têm três candidatas; seis, duas; e seis, uma candidata.

Espírito Santo e Rio Grande do Norte também perderão a representação feminina no Senado, caso Rose de Freitas (PODE) e Fátima Bezerra (PT) vençam as respectivas eleições para os governos estaduais, pois seus suplentes são homens.

Reeleição

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Lúcia Vânia (PSB-GO) e Ângela Portela (PDT-RR) concorrem à reeleição.

No Paraná, a senadora Gleisi Hoffmann (PT) disputa a vaga de deputada federal. No Piauí, a senadora Regina Sousa (PT) é candidata a vice-governadora e há duas mulheres entre os 18 concorrentes ao Senado.

Diferentemente da eleição de deputadas, na qual as cotas de gênero garantem pelo menos 30% das candidaturas às mulheres, a disputa pelo Senado não tem regulação semelhante aprovada, por se tratar de cargo majoritário.

De autoria da senadora Marta Suplicy (Sem partido), a PEC 24/2015 altera o Art. 46 da Constituição para destinar uma vaga para cada gênero quando da renovação de dois terços do Senado. Desde abril de 2017, a proposta aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Saiba mais: <https://bit.ly/2LHbmcR>



- Estados sem senadoras
- Estados sem senadoras e sem candidatas em 2018
- Estados que perderão as atuais senadoras
- Estados com senadoras em reeleição
- Estados com senadoras até 2023

Dia Mundial da Fotografia

Roque de Sá/Agência Senado



O auditório do Interlegis foi palco do *talk show O cotidiano da fotografia: memória e gênero* na tarde do dia 20 de agosto.

A iniciativa do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e da Procuradoria Especial da Mulher do Senado reuniu fotógrafos, fotógrafas e especialistas para discutir como é retratado o dia a dia das atividades do Senado.

Além dos debates sobre novas técnicas, estilos e abordagens, a ideia foi conhecer mais sobre esse campo profissional a partir da perspectiva das mulheres, desde que a fotografia é historicamente um espaço ocupado por homens.

Mediado pela jornalista Ramila Moura, da ProMul, o evento contou com a presença do diretor Paulo Meira, da Secretaria de Gestão de Pessoas; de Roberta Viegas, presidente do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado; dos fotógrafos João Rios, Elizete Bomfim, Geraldo Magela e Sinara Bertholdo, professora de fotografia na Universidade de Brasília (UnB).

Veja fotos: <https://flic.kr/s/aHsmoEB2m4>

Joana Jeker lança livro de memórias

Geraldo Magela/Agência Senado



Em *O Grande Encontro*, a presidente da Recomeçar, entidade de mulheres Mastectomizadas de Brasília, descreve com delicadeza e sentimento a luta pela superação do câncer de mama.

A jovem militante representa a Femama e esteve presente em todas as campanhas Outubro Rosa contra o Câncer de Mama no Congresso, desde 2011.

Neta do escritor Cyro dos Anjos, membro da Academia Brasileira de Letras, Joana conta com apoio e incentivo da ProMul e da Secretaria da Mulher da Câmara, especialmente do gabinete da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), presidente da Frente Parlamentar de prevenção e tratamento do câncer.

Prestigiaram o encontro Márcia Rollemberg, colaboradora do Governo de Brasília; Edelvais Jeker; Carolina Abad, diretora executiva da Recomeçar; Beliziane da Silva, chefe de gabinete da deputada Carmem e dezenas de admiradores e familiares.

Cartilha Caminhos orienta mulheres

A publicação é resultado de parceria entre o Senado, o Grupo Mulheres do Brasil e a ProMul, e foi lançada em evento na sede do Laboratório Sabin, no dia 9 de agosto.

Caminhos – Violência Contra a Mulher tem 34 páginas e traz endereços e telefones da rede de proteção à mulher em situação de violência disponíveis em todas as regiões administrativas do DF.

Cerca de 200 lideranças femininas prestigiaram a atividade, que contou com apresentação de grupo de violonistas, animação motivacional de Mônica Nóbrega e Jailton Dantas e uma palestra de Oscar Motomura.

As empresárias Janete Vaz e Sandra Costa registraram o aniversário de um ano do Grupo em Brasília.

Ilana Trombka, diretora-geral do Senado e integrante do Comitê de Enfrentamento à Violência, disse que a cartilha vai dar coragem às mulheres. “Não podemos viver numa sociedade que finge que o outro não sofre. Não é aceitável que uma mulher grite vinte minutos por socorro e seja atirada pela janela como se fosse uma coisa que pudesse ser descartada”, alertou.

Saiba mais em: <https://bit.ly/2wumAas>



Cartas por uma oportunidade



Valentina Fraiz

Em livro escrito a quatro mãos, em formato de cartas trocadas, Debora Diniz e Talia – nome fictício, inspirado em uma filha de Zeus – traçam um retrato epistolar da vida em uma unidade socioeducativa de internação do Distrito Federal.

Antropóloga, Debora passou alguns meses na unidade para pesquisar e entender o motivo de tantas jovens voltarem ao sistema

depois da liberdade. Lá conheceu Talia, interna que chegou a vencer um concurso promovido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) sobre professores heróis com redação homenageando Débora.

No lançamento de “Cartas de uma menina presa”, no dia 28 de agosto, no café Objeto Encontrado, Debora e lasmin Baima – que assina a orelha da obra e dividiu com Talia o mesmo quarto na unidade socioeducativa – ressaltaram a importância da palavra oportunidade para as meninas que saem do sistema sem perspectiva de começar uma nova história e sem acompanhamento ou apoio social.

Oficinas de Saúde da Mulher em agosto

Cinco oficinas foram ministradas pela ProMul no mês de aniversário da Lei Maria da Penha.

No dia 9, comerciárias do SESC-SIA-DF receberam a oficina. No dia 10, foi a vez do grupo de gestantes do Hospital Universitário da UnB.

No dia 23, a discussão sobre políticas públicas chegou às adolescentes do Centro Educacional do Lago Norte.

No dia 24, a oficina viajou a Goiás para o encontro de 8h no Caps Infante Juvenil Alegria, em Aparecida de Goiânia, e às 18h, na sede da Associação das Famílias de Autistas de Goiás (Afaag). As atividades contaram com apoio do Movimento Orgulho Autista (Moab), da UBM e do grupo *Voluntários da Turminha*, que reúne mães e cuidadoras de pessoas com deficiência.

Veja fotos: <https://bit.ly/2pNvJHx>

Evelly Leal/ProMul



Concurso premia talentos

Cleia Viana/Câmara dos Deputados



O aniversário de 12 anos da Lei Maria da Penha foi registrado no Congresso com a entrega de prêmios aos vencedores da 6ª edição do Concurso que este ano

abordou o tema “O empoderamento da mulher e a superação da violência”, e premiou ilustrações.

A solenidade, no dia 7 de agosto, no Salão Nobre da Câmara, foi aberta com apresentação do poeta cearense Tião Simpatia.

Concorreram 44 trabalhos nas categorias profissional (19) e amador (25). O voto popular nas redes sociais indicou os seis vencedores, que receberam troféu, menção honrosa e tablet.

A premiação é resultado da parceria entre a Secretaria da Mulher da Câmara com o Banco Mundial e apoio da ProMul.

Estavam presentes a senadora Regina Sousa (PT-PI), as deputadas Carmen Zanotto (PPS-SC), Elcione Barbalho (MDB-PA), Soraya Santos (PR-RJ), Gorete Pereira (PR-CE) e Martin Raiser, do Banco Mundial.

Conheça os vencedores: <https://bit.ly/2PdbxKi>



Violências em discussão no aniversário da LMP

Para comemorar os 12 anos da Lei Maria da Penha (LMP), a Procuradoria Especial da Mulher do Senado, em parceria com a Secretaria da Mulher da Câmara, debateu a violência de gênero na política e a violência racial dirigida às mulheres negras.

Dia 7, aniversário da LMP, Flávia Biroli, professora da Universidade de Brasília (UnB); Noëlle Silva, mestre em Ciência Política (UnB) e pesquisadora assistente do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea); Cristiane Brito, vice-presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); e Vanja Andrea Santos, presidente da União

Brasileira de Mulheres (UBM), discutiram a violência contra as mulheres na política.

No encontro mediado por Emília Fernandes, presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, e pela deputada Érika Kokay (PT-DF), a professora Biroli disse que “a violência política se volta contra as mulheres quando se colocam como sujeitas políticas na cena pública e se fazem presentes em espaços institucionais antes ocupados exclusivamente por homens”. Noëlle Silva lembrou os assassinatos da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro, das prefeitas Dona Doca, de Nacip Raydan-MG, em 2000, Dorcelina Falador, de Mundo Novo-MS, em 1999, e da deputada federal alagoana Ceci Cunha, em 1998.

Racismo

No dia 8, a deputada Zenaide Maia (PHS-RN), 3ª secretária da Comissão dos Direitos da Mulher, coordenou o debate sobre por que a violência contra as mulheres aumentou entre as negras e diminuiu entre as brancas após a edição da LMP.



Zeca Ribeiro/Comissão da Mulher

Dr.ª Ilka Teodoro, diretora jurídica da Artemis

A discussão contou com Andreza Winckler Colatto, secretária Nacional de Políticas para Mulheres (SPM); Rodrigo Barbosa da Silva, da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Cheila Marina de Lima, da Coordenação Geral de Violência de Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Ministério da Saúde; Antonio Teixeira Lima Junior, do Ipea; Soraia da Rosa Mendes, do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher; e Ilka Teodoro, da Associação Artemis contra a Violência Doméstica e Obstétrica.

Assista:

Violência política de gênero
<https://youtu.be/96VGOhdeBHc>

Violência contra mulheres negras
<https://bit.ly/2LDF25S>

Geraldo Magela/Agência Senado



No telão, Santa Alves participa da Pauta Feminina sobre violência política



Patrícia Lino



Celso Furtado, um dos maiores economistas deste País, já me dizia que a grande revolução do século 20 era a emancipação da mulher. Queria que ele estivesse aqui para constatar o acerto de sua previsão.

Às portas de uma nova eleição, nós, mulheres, somos o elemento novo no pleito.

Em maio, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), decidiu que pelo menos 30% do dinheiro do fundo eleitoral e do tempo de rádio e TV dos partidos, devem ir para as candidaturas femininas. Uma vitória histórica. Temos de aproveitar o momento. Afinal, somos 52% da população e temos apenas 10% de representação no Congresso Nacional.

Por isso, é fundamental que as mulheres candidatas façam valer os seus direitos.

Nos quase oito anos como senadora por São Paulo, a pauta feminina foi a minha bandeira. Particpei da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher, que resultou na Lei 13.104/2015, conhecida como a Lei do Feminicídio. Fui autora da emenda constitucional que garante

Sei que dei uma contribuição importante à causa feminina

proteção e assistência às mulheres vítimas de violência. Trabalhei pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 134/2015), que assegura a cada gênero percentual mínimo de representação em três legislaturas seguidas: 10% das cadeiras na primeira legislatura, 12% na segunda legislatura e 16% na terceira. Propus outra PEC (24/2015), cujo texto altera o Art. 46 da Constituição Federal, para destinar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para cada gênero. Apresentei a PEC 08/2017 que garante,

expressamente, a participação de pessoas de ambos os sexos nas listas destinadas à escolha dos integrantes dos tribunais judiciários, dos tribunais de contas e da procuradoria-geral do Ministério Público.

Na Reforma Política, em 2015, duas emendas que apresentei foram aprovadas. Uma delas estabelece que, em anos eleitorais, de 1º de abril a 30 de julho, seja veiculada publicidade institucional do Tribunal Superior Eleitoral incentivando a participação feminina na política. A outra obriga os partidos políticos a criarem dentro de sua estrutura organizacional a secretaria da mulher, que será responsável por gerir os 30% do fundo partidário destinado às candidaturas femininas.

Em janeiro, ao término do mandato de senadora, encerro a minha vida parlamentar. Sei que dei uma contribuição importante à causa feminina. Estou certa de que agora posso fazer a diferença fora da política partidária tradicional. Foi uma decisão solitária, angustiante. Mas ser livre e dona do próprio destino, acreditem, é libertador.

Senadora Marta Suplicy (Sem Partido – SP)



Desafios para a Ascensão Profissional de Mulheres

A inclusão de mulheres no mercado de trabalho e o desenvolvimento na carreira são permeados por imensos desafios. No geral, os índices nos desfavorecem.

O percentual de mulheres no mercado formal e nos cargos de decisão estão bem abaixo do percentual de homens; ainda são pagos menores salários pelo desempenho das mesmas atividades; a divisão sexual do trabalho nos impõe uma jornada exaustiva, com a sobrecarga das tarefas domésticas e do cuidado; estamos mais sujeitas à violência no espaço doméstico e feminicídio; além das discriminações e outras formas de violência por ser mulher, inclusive o assédio.

Embora os fatores acima incidam, em maior ou menor grau, nas relações laborais, interessava a nós, do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal,

conhecer a realidade interna da Casa. Afinal, o perfil funcional difere, tendo em vista as peculiaridades de cada órgão ou empresa. Assim, em 2017, no mês de março, por ocasião das comemorações do

A divisão sexual do trabalho nos impõe uma jornada exaustiva, com a sobrecarga das tarefas domésticas e do cuidado

Dia Internacional da Mulher, promovemos uma palestra, aberta ao público, destinada à reflexão acerca das dificuldades que as mulheres enfrentam na ascensão profissional e, a seguir, foi ministrada a Oficina Desafios para a Ascensão Profissional de Mulheres, exclusiva para as mulheres, com conteúdo teórico e dinâmicas ao longo de duas horas

de duração, tempo esse que, às vezes, se torna insuficiente, dada a motivação das participantes em debater o tema.

Algo construído para o público interno, com esmero e cuidado, despertou a atenção de Estados e Municípios, passando a compor o Projeto Senado Mulheres nas Casas Legislativas, de iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher e parcerias do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça e Interlegis. Desde 2017, foram realizadas seis oficinas, o que nos motiva e enriquece a cada edição, pelo momento ímpar de interação e troca de experiências.

Maria Terezinha Nunes, Roberta Viegas e Maria Cristina Monteiro.

Integrantes do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal.

